

HABEAS CORPUS Nº 561.483 - SP (2020/0034576-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : ELTON RODRIGO ARAUJO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ELTON RODRIGO ARAUJO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado de próprio punho por ELTON RODRIGO ARAUJO, em seu benefício, no qual aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 0008988-31.2011.8.26.0032).

Consta dos autos que o impetrante/paciente teve a prisão preventiva decretada em 29/1/2016, quando do recebimento da denúncia ofertada em seu desfavor e de outros dois corréus (e-STJ fls. 27/28).

Posteriormente, no dia 18/8/2017, o agente foi condenado, "*como incurso no art. 157, § 2º, I e II, c.c. os arts. 29 e 70, todos do Código Penal [roubo circunstanciado], às penas de 10 anos, 11 meses e 07 dias de reclusão, no regime inicial fechado, e 26 dias-multa, vedado recorrer em liberdade*" (e-STJ fl. 56).

Irresignada, a defesa interpôs apelação no Tribunal de origem, a qual ainda está pendente de julgamento.

Nesta instância, o impetrante/paciente alega haver excesso de prazo para julgamento do apelo defensivo. Posto isso, requer a expedição de determinação à Corte *a quo* para que promova a apreciação da sua irresignação recursal o mais breve possível. Subsidiariamente, caso não seja possível o cumprimento de tal ordem, seja anulada a sentença condenatória proferida em seu desfavor.

Foram apresentadas informações e documentos pelos Juízos de primeiro (e-STJ fls. 12/40) e de segundo grau (e-STJ fls. 56/106).

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo apresentou manifestação às e-STJ fls. 44/45, requerendo "*a concessão da presente ordem no sentido de ser determinada celeridade no processamento e julgamento da referida apelação, tendo em*

vista estar o réu preso" (e-STJ fl. 44).

O Ministério Público Federal exarou parecer opinando nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 47):

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DA PRISÃO. APELAÇÃO CRIMINAL. JULGAMENTO. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURADO. QUANTIDADE DA PENA APLICADA. RAZOABILIDADE. DENEGAÇÃO DO HABEAS CORPUS, COM RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE NO JULGAMENTO DO APELO.

1 - Os prazos processuais não são peremptórios, bem como o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. Parecer pela denegação da ordem de habeas corpus, fixando-se o prazo de 90 dias para julgamento da apelação.

Os autos foram a mim distribuídos por prevenção do HC n. 360.180/SP.

É, em síntese, o relatório.

O objeto do presente pleito cinge-se à análise de possível constrangimento ilegal por excesso de prazo para o julgamento da apelação.

Na espécie, o paciente encontra-se segregado cautelarmente, em virtude da ação penal em tela, desde 29/1/2016 (e-STJ fls. 27/28), tendo sido condenado, em 18/8/2017, à pena de 10 anos, 11 meses e 7 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, negado o direito de recorrer em liberdade, pela prática do delito de roubo circunstanciado (art. 157, § 2º, I e II, c/c os arts. 29 e 70, todos do Código Penal).

De acordo com informações prestadas pelo Tribunal de origem, "*a apelação, interposta nos termos do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal, foi recebida nesta Corte aos 21 de novembro de 2017. Aos 07 de dezembro seguinte, foram apresentadas as razões recursais pelo patrono do paciente, sendo os autos encaminhados à Vara de origem para apresentação das contrarrazões pelo Ministério Público, que as ofertou em 18 de dezembro subsequente. Os autos retornaram a esta*

Casa, sendo distribuídos para a Segunda Câmara de Direito Criminal aos 02 de fevereiro de 2018. Colhido o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, os autos estão conclusos ao Relator" (e-STJ fl. 56).

Em consulta ao andamento do processo na origem, realizado no sítio eletrônico da Corte estadual, apurou-se que a referida conclusão dos autos ao relator ocorreu no dia 22/2/2018, não havendo registro de movimentação processual após essa data.

Sobre o tema, cumpre ressaltar que esta Corte tem reiterada jurisprudência de que a análise do excesso de prazo para o julgamento da apelação deve levar em consideração o *quantum* de pena aplicada na sentença condenatória.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

1. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesadas as particularidades da causa.

*2. Na espécie, não se constata o alegado constrangimento ilegal, pois o decurso de aproximadamente 8 meses desde o registro e autuação do recurso no Tribunal de origem (recebimento da irresignação pela segunda instância em 28/7/2016) sem o seu julgamento não extrapola os limites da razoabilidade e está justificado na complexidade do feito, pois só a sentença apelada conta com mais de 60 folhas, sendo que, consoante se extrai dos autos e do andamento processual constante do endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, todos os 5 réus recorreram e o Ministério Público já ofertou, em 6/12/2016, parecer, indo os autos à conclusão nessa mesma data. Ademais, é cediço que **eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido confrontando a quantidade de pena imposta na sentença condenatória**, a qual, no caso, foi de 12 anos e 8 meses de reclusão, pela prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, o que reforça a conclusão de que não há, na hipótese, desídia a ser atribuída ao órgão jurisdicional.*

3. Ordem denegada.

(HC n. 374.706/MS, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 6/4/2017, DJe 20/4/2017 - grifei)

2. *Eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido em face da quantidade de pena imposta na sentença condenatória (HC n. 234.713/CE, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 12/6/2012, DJe 28/6/2012).*

[...]

4. *Ordem denegada.*

(HC n. 389.662/MG, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/5/2017, DJe 22/5/2017 - grifei)

Ora, no caso em questão, entendo ser flagrante a ilegalidade, pois o paciente (segregado desde 29/1/2016) foi condenado a uma pena total somada de 10 anos, 11 meses e 7 dias de reclusão, e o seu recurso de apelação encontra-se concluso ao respectivo Desembargador relator desde 22/2/2018, sendo relevante ressaltar que a Procuradoria de Justiça estadual ofertou o seu parecer em 20/2/2018.

Todas essas circunstâncias tornam forçosa a conclusão de ser excessivo o tempo de custódia cautelar e para análise do feito em segunda instância, o qual está paralisado, ao que tudo indica, há mais de 2 anos, e não possui sequer previsão para que seja ultimado o seu julgamento.

Como destacado pelo Ministério Público Federal no seu parecer, *"embora seja público e notório a imensa quantidade de processos em tramitação nos Tribunais de Justiça, fato é que a apelação merece ser julgada com urgência, visto que encontra-se apta para julgamento há mais de dois anos, cuidando de réu que encontra-se preso cumprindo pena na forma de execução provisória"* (e-STJ fl. 49)

Assim, concluo haver constrangimento ilegal a ser sanado na espécie, inclusive a acarretar o relaxamento da prisão preventiva decretada nos autos n. 0008988-31.2011.8.26.0032, ainda que não tenha sido requerido pelo impetrante.

Entretanto, ainda que constatado o excesso de prazo, mostra-se prudente a substituição da prisão preventiva por cautelares diversas em razão da gravidade concreta da conduta descrita no édito condenatório (roubo praticado em concurso de pessoas, com emprego de armas de fogo e contra várias vítimas, perpetrado dentro da residência dessas após uma delas ter sido rendida quando entrava com o carro

na garagem) e do *quantum* de pena corporal imposto (10 anos, 11 meses e 7 dias de reclusão), ainda que sujeito à revisão recursal.

Nesse mesmo sentido, colaciono os seguintes precedentes desta Corte:

[...] 2. *Reconhecido o excesso de prazo da instrução criminal, é possível, no caso, a substituição da prisão por medidas cautelares outras.*

3. *Ordem concedida para fixar ao paciente medidas cautelares diversas, tais como: comparecimento a todos os atos do processo, comparecimento periódico em juízo, nas condições a serem fixadas pelo Juiz do feito, para informar e justificar suas atividades, e recolhimento domiciliar no período noturno (das 20h às 6h), nos finais de semana e feriados. O Juiz da causa, desde que de forma fundamentada, poderá fixar outras cautelas. Fica o paciente informado, desde já, que o descumprimento das medidas impostas poderá dar causa à nova prisão.*

(HC n. 470.162/PE, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 11/4/2019, DJe 26/4/2019, grifei)

[...] 2. *No caso, extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito de roubo simples, porque teria subtraído para si, mediante simulação de que estaria armado, um sanduíche e um refrigerante.*

3. *O paciente foi preso em flagrante em 15/9/2016 e, no dia seguinte, a custódia foi convertida em preventiva. Nos termos das informações prestadas pelo magistrado de piso ao Tribunal de origem, a exordial acusatória foi recebida em 5/10/2016 e a audiência de instrução e julgamento, realizada em 14/2/2017. A defesa requereu a realização de exame de dependência toxicológica do recorrente, entretanto, em 10/3/2017, o pleito foi indeferido, ocasião em que o magistrado deu por encerrada a instrução criminal (fls. 53/57). Contudo, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que, apresentadas as alegações finais, o feito foi convertido em diligência em 6/4/2017, a fim de que fossem solicitadas a outras Comarcas as certidões de antecedentes criminais do paciente. Juntadas as peças, somente em 14/12/2017, os autos foram conclusos para sentença, sem que, some-se a isso, até o momento, haja sido proferido o título resolutivo.*

4. *Ainda que o feito esteja pronto para julgamento próximo, haverá a defluência de quase 2 anos entre a efetivação da prisão preventiva e a possível prolação de sentença, tempo suficiente para caracterizar o excesso de prazo.*

5. *Imperioso reconhecer não ser razoável a manutenção da prisão preventiva do recorrente, visto não se tratar de feito complexo, em cujo bojo apura-se suposto delito de roubo de um sanduíche e de um refrigerante, com apenas um denunciado - sem antecedentes - e sem a necessidade, a princípio, de diligências morosas.*

Recurso parcialmente provido para, confirmando a liminar

Superior Tribunal de Justiça

concedida anteriormente pelo Excelentíssimo Senhor Ministro HUMBERTO MARTINS, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, no exercício da Presidência, revogar o decreto de prisão preventiva em discussão, salvo se por outro motivo não estiver preso o recorrente, com a imposição, no entanto, de medidas cautelares alternativas ao cárcere previstas no art. 319 do Código de Processo Penal - CPP, a serem, ainda, definidas pelo Juízo de primeiro grau.

(RHC n. 87.452/MS, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 24/8/2018)

Ante o exposto, **concedo a ordem** para determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo **imprima o máximo de celeridade para o julgamento da Apelação Criminal n. 0008988-31.2011.8.26.0032**. Ademais, **de ofício, concedo a ordem para relaxar a prisão preventiva** decretada nos referidos autos **mediante aplicação de medidas cautelares diversas** a serem definidas pelo Magistrado singular.

Comunique-se, com urgência, a Corte *a quo*, encaminhando-lhe o inteiro teor da presente decisão.

Publique-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao interessado.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator